

**“OS POBRES HERDARÃO A TERRA”:
CONFLITOS RURAIS E IGREJA CATÓLICA NO BRASIL NA SEGUNDA METADE DO
SÉCULO XX**

**“THE POOR PERSONS WILL INHERIT THE LAND”:
AGRICULTURAL CONFLICTS AND CHURCH CATHOLIC IN BRAZIL IN THE SECOND HALF OF
CENTURY XX**

Célia Nonata da Silva*
Universidade Federal de Alagoas

Resumo: Esta comunicação é uma análise sobre a Igreja Católica e a questão agrária no Brasil durante a segunda metade do século XX. O imaginário religioso constituiu a base para a ação das lideranças católicas no campo, enquanto matriz ideológica dos sujeitos participantes na estratégia de acesso à terra pelos trabalhadores rurais. Não dispensando a dinâmica da redistribuição como parte integrante no processo de acumulação de capital e da valorização do econômico como motivadores para os movimentos sociais. Entretanto, o repertório discursivo dos sujeitos sociais traduz uma consciência histórica processual desde o século XIX com o perfil de uma Igreja missionária nos sertões. As Conferências de Medellín e Puebla na América Latina (re)posicionaram a postura da Igreja sob um enfoque teórico-metodológico calcado na Doutrina Social. Esta atuação da Igreja (re)fundamentou a consciência política dos movimentos agrários para a questão da terra no país.

Palavras-chave: conflitos, Igreja, Doutrina Social, Reforma Agrária, Propriedade.

Abstract: This paper is an analysis of the Catholic Church and of the agrarian issue in Brazil in the second half of the 20th century. The religious imaginings functioned as a basis for the action of catholic leaderships in the countryside, in that they constituted an ideological foundation for those who took part in the strategies to make it possible for the peasants to take over the land, not overlooking the dynamics of re-distribution as an integral part in the process of capital accumulation and of the valuing of economics as motivating factors for the social movements. However, the discursive repertoire of the social subjects conveys a processing historical awareness that dates back to the 19th century and which is portrayed as a missionary church of the backlands. The Medellín and Puebla Conferences in Latin America (re)positioned the Church's viewpoint in a theoretical-methodological approach grounded on the Social Doctrine. This course of action from the Church (re)based the political awareness of the agrarian movements concerning the land issues in the country.

Keywords: conflicts, Church, Social Doctrine, Agrarian Reform, Estate

1. Introdução

A discussão sobre os conflitos rurais no Brasil podem ser analisados tanto sob a ótica do banditismo rural, que incluem as formas de criminalidade cotidiana no campo sob o perfil do pistoleirismo, da capangagem e da jagunçagem, quanto das formas de organização coletiva que confrontam necessariamente com uma estrutura oligárquica rural e autoritária do campo¹. Destas duas possibilidades, a última tem seu aval neste artigo. Compreendemos os conflitos agrários

* Professora do Curso de História da UFAL. Doutora em História e Culturas Políticas pela UFMG. Autora do livro: *Territórios de Mando: Banditismo em Minas Gerais, século XVIII*. Crisálida, 2007.

¹ O conceito de Oligarquia - oligarquia latifundiária, ou até oligarquia rural – são termos sinônimos para identificar a dominação de uma determinada elite dirigente característica da América Latina, cujo poder acomoda-se na concentração de terras e exerce seu controle sobre o sistema político para seu exercício de poder. Este tipo de dominação determina a estrutura agrária excludente dos países latino americanos, incluindo o Brasil, e suas formas de poder de mando baseado em relações clientelistas, de favores e paternalismos como cultura política do mando. Sobre este assunto ver: ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo-Occidente: Introdução à América Latina*. São Paulo: Edusp, 1991; TOURAINE, Alain. *Palavra e Sangue: política e*

como sendo tensões oriundas das necessidades de redistribuição de terras que o Estado democrático brasileiro tem sido incapaz de concretizar. Esta atitude de negação pode ser explicada ora por mudanças no processo de acumulação de capital e subordinação aos princípios de exploração dos níveis de subdesenvolvimento, ora pela manutenção de uma estrutura de poder das oligarquias agrárias que preservam seus interesses e excluem os trabalhadores rurais de suas terras e de seu meio de produção².

Esta condição excludente propiciou o aparecimento de lideranças e sujeitos coletivos, que agiram como orientadores para a formação de grupos sociais politicamente orientados, imbuídos das expectativas de mudanças sociais no campo. Tais mudanças situaram a Igreja Católica numa ação concreta no campo, organizando os trabalhadores rurais para a percepção de um contexto de exclusão e, conseqüentemente, da concretização de uma justiça agrária. As ações da Igreja coincidiram com um contexto sócio-político na América Latina de crescimento dos movimentos sociais de esquerda, das guerrilhas e das resistências aos governos estabelecidos num momento de expansão às políticas do Plano Marshall³. A segunda metade do século XX foi marcada por um contexto social de tensões, que mergulhou a América Latina numa profunda crise democrática, instituindo governos militares que garantissem a ordem social. Neste período, a modernização da agricultura obteve um sucesso relativo condicionado ao chamado 'Milagre Brasileiro' em 1968. Esta experiência de crescimento econômico derivada da mecanização da agricultura gerou grandes alterações no campo como o êxodo rural, concentração de terras e aumento dos latifúndios. Este fator aliado a um contexto histórico que predisponha grande parte do bispado a se posicionarem contrários à tradição em um palco de ditadura militar geraria uma tensão social crescente em busca de mudanças⁴.

Assim, as décadas de 1960 a 1980 foram profícuas para os movimentos sociais, principalmente no campo, e um sujeito social foi capaz de otimizar as formas de ação coletiva no campo, ameaçando a então vigente estrutura democrático-autoritária do país. Os membros progressistas da Igreja católica⁵, inseridos neste contexto, na sua opção pelos pobres, não apenas organizaram os trabalhadores rurais, como fundaram as Comissões Pastorais da Terra (CPT), alicerçaram um dos maiores movimentos da América Latina e o único em vigor no país: o Movimento dos Sem Terra – MST, bem como definiu as bases do PT (Partido dos Trabalhadores)⁶.

Sociedade n América Latina. São Paulo: Unicamp, 1989; e SILVA, Célia Nonata. *Territórios de Mando: banditismo em Minas Gerais, século XVIII*. Belo Horizonte: Crisálida, 2007.

² FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

³ LOWY, Michel. *O Marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

⁴ WOLFORD, Wendy. 'Families, fields and fighting for land: the spacial dynamics of contention in rural Brazil'. In.: JOHNSTON, H. & ALMEIDA, Paul. *Latin American Social Movements: Globalization, Democratization, and Transnational Networks*. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2006, p. 163-176. Estes três fatores são apresentados ainda pela autora Wendy Wolford para a sua análise comparativa do MST no nordeste e sul do Brasil.

⁵ Igreja progressista: o termo empregado refere-se às mudanças adotadas pelos seminaristas e padres que inovaram a prática religiosa buscando uma nova teologia e projetos de ação social pelo ativismo político. Esta tendência do clero latino-americano foi constatada entre as décadas de 1950 e 1980. Assim, "Na Igreja progressista, agir era construir o Reino de Cristo executando o plano de Deus não no outro mundo, mas na Terra, agora" (SERBIN, 2008, p. 160). Cito um trecho de uma carta de D. José Maria Pires aos Militares na época quando indagado se era comunista. O bispo respondeu: 'a teoria da esquerda corre paralela com as ânsias da Igreja: a promoção do homem, mas de todos os homens'. PIREZ, D. José Maria. *Uma voz fiel à mudança social*. São Paulo: Paulus, 2005, p. 167.

⁶ Ver: Arquivo Eclesiástico Prelazia de São Félix do Araguaia. Fundo: Comissão Pastoral da Terra – documentação avulsa. Conflitos no campo. Sem data.

Decorrentes disto, a Igreja se mostrou com uma posição importante para o debate e compreensão dos problemas agrários e da distribuição justa da terra para a população brasileira. Esta discussão ainda não está fechada na cúpula da comunidade eclesial Latino-americana. E, nestes debates a crítica ora recai sobre o modelo de desenvolvimento industrial capitalista e, conseqüentemente, o processo de globalização ou mundialização da economia, com suas prerrogativas negativas quanto aos avanços da acumulação de capital viável aos interesses das economias centrais, em detrimento das economias periféricas; ora sobre a manutenção das estruturas de poder autoritário no campo. Entretanto, as análises que proponho neste artigo são justamente sobre as ações e o papel destas lideranças religiosas. Meu argumento é que estas lideranças católicas mesmo sendo considerados 'progressistas' mantiveram e confirmaram uma ação coletiva, cuja prática política esteve contida em um repertório coletivo caracterizado por uma prática de política moral, enaltecida por uma economia moral⁷.

Conseqüentemente, nosso modelo de interpretação para a organização dos movimentos sociais sob as lideranças religiosas está calcado na definição teórica da corrente histórico-estruturalista que tem em Charles Tilly (2004) sua importância. A condição histórica e o repertório coletivo dos movimentos sociais são significativos para o entendimento das ações coletivas dos grupos e dos atores sociais envolvidos. Assim, o repertório coletivo presente nas ações e discursos das lideranças acomodou sintomaticamente o conflito pela terra na tradição e na concepção moral da distribuição de terras, aprisionando a sua capacidade de dimensão pró-ativa aos rituais litúrgicos político-religiosos presente nas romarias e encontros pastorais da época⁸.

Tais movimentos reafirmaram não apenas uma política moral conservadora ao distanciar-se de sua capacidade de protesto e representação política de fato, mas também enalteciram a dimensão moral da distribuição de terras para a questão agrária. Neste sentido, o repertório agiu como contenção à violência dos protestos dos camponeses e trabalhadores rurais despossuídos de suas terras, como impediu o avanço do comunismo e formação de guerrilhas camponesas no país. A esta bagagem teórica de Tilly iremos agregar outra argumentação, a que considera os sentimentos de pertencimento ao discurso transformador como elementos vitais. Honneth (2007) nos auxilia com a importância dos condicionantes morais de reconhecimento e, por que não religiosos, que cimentaram os grupos sociais no campo.

Como contrapeso deste processo, a Igreja Católica dispõe sobre um discurso teológico-moral da promessa da terra para todos, fundada numa nova proposta de Evangelização e discussão sobre a terra⁹. Uma racionalidade que não se projeta na atualidade sob os paradigmas atuais do Iluminismo, mas que interpele o mundo a um condicionante do imaginário judaico-cristão da terra prometida para todos. É este discurso da promessa num tempo mítico e imaginário que movimentou os conflitos agrários entre as décadas de 1960 e 1990 no Brasil. Algumas mudanças ideológicas foram sofridas pela Doutrina Social, mas sua essência permanece ainda hoje na voz de algumas poucas lideranças no campo.

⁷ Sobre o conceito de economia moral, ver: THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. Tradução Rosaura Eichemberg. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

⁸ Ver: Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo: Conselho de Pastoral. Relatório da CPT em 1998; e Arquivo Eclesiástico Prelazia de São Félix do Araguaia. Fundo: Comissão Pastoral da Terra – documentação avulsa. Conflitos no campo. Sem data.

2. Doutrina social: a persistência de um discurso histórico.

A Doutrina Social da Igreja é um conjunto de princípios e normas de ação que constituiu parte do imaginário religioso do pensamento católico, decorrente de uma posição frente à modernidade que marcou a participação da Igreja num determinado período histórico. A necessidade de mudança concretizou-se na *Rerum Novarum* em 1891, ampliando as possibilidades de diálogo entre a Igreja e seu contexto histórico moderno. Não obstante seu ultraconservadorismo¹⁰, a encíclica do Papa Leão XIII foi um marco no 'retorno' da Igreja à sociedade, às comunidades e suas mazelas. Desta ação, inevitavelmente, a Igreja assentaria suas bases para um processo cada vez maior de abertura e aproximação com uma comunidade dos excluídos. A opção pelos pobres e pelas comunidades carentes com uma atividade intensa e mais social desenvolvia-se, abrindo as possibilidades de mudanças e de atitudes da Igreja. Este comportamento inaugurou um campo simbólico, cujas representações discursivas configuraram os elementos fundadores de uma Igreja brasileira mais participativa, e de caráter mais social. Ficava evidente que o processo de romanização desde o pontificado de Pio IX em 1846 sinalizava mudanças que culminariam em 1962 com João XXIII.

Um dos fundamentos principais da doutrina social reflete seu conceito de propriedade privada como valor moral e como um argumento contrário à concentração de terras pelo simples fato de que a posse da terra pode ser considerada imoral quando poucos têm acesso a este direito, enquanto muitos passam necessidades materiais¹¹. As encíclicas papais abordaram as questões sociais, levando em consideração o problema da propriedade tanto a partir da "*Rerum Novarum*" de Leão XIII, quanto depois pela "*Mater et Magistra*" de João XXIII. Também não podemos deixar de fazer menção ao condicionamento dado ao bom uso da propriedade, como se verifica na encíclica "*Quadragesimo Anno*" de Pio XI. A ideia determina que a propriedade individual seja válida e legítima em sua função social. Ou seja, a propriedade é válida desde que obedeça ao princípio da justiça social. Desde que todos tenham para sobreviver.

Podemos sintetizar tudo numa realização do bem comum, entendido como o bem da comunidade. Assim, a função social da propriedade representaria nada mais, nada menos do que o reconhecimento de todo titular do domínio, que por ser um membro da comunidade têm direitos e obrigações com a sociedade. Ainda, o direito à terra se manifesta concretamente no poder de usá-la e usufruí-la. Porém, deve ser cuidada não como fonte de poder, mas como um bem coletivo.

No Brasil, as necessidades de evangelização conformaram os meios de adaptação às *nuanças* de um mundo precário do sertão. No século XIX, a disciplina foi deixada de lado pela opção de uma flexibilidade em se comunicar e se adaptar às necessidades dos pobres e do povo sertanejo. As missões dos Vicentinos marcaram a história da Igreja no Brasil, levando consolo espiritual e material aos excluídos. A experiência religiosa dos padres consolidou um repertório de ação, calcado na misericórdia, na penitência e na feição pessoal e popular de uma Igreja com batinas de caridade. Ou seja, a religião brasileira foi imbuída de um discurso popular que se misturou aos ecos do messianismo e do milenarismo deixados como herança pelos sermões do Padre Antônio Vieira, consolidando um discurso religioso incorporado às necessidades

⁹ Ver o documento atual da Igreja de 1980: '*Os pobres possuirão a terra*': pronunciamento de bispos e pastores sinodais sobre a terra. São Paulo: Paulinas, 2006; e CASALDÁLIGA, Dom Pedro. *Cartas Marcadas*. São Paulo: Paulus, 2006.

¹⁰ Ver: HOBBSBAWN, E. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. O termo 'ultraconservadorismo' é empregado para analisar a postura da Igreja frente às ações de mobilização e conscientização trabalhista.

¹¹ Ver a carta de D. José Maria Pires: "A teoria da esquerda corre paralela com as Ânsias da Igreja: a promoção do homem, mas de todos os homens". In: PIRES, D. José Maria. *Uma voz fiel à mudança social*. São Paulo: Paulus, 2005, p. 167.

sociais, ao pobre, às formas de misericórdia como salvação da alma. As expectativas de mudanças de vida do homem pobre, entretanto, seriam de se livrar do mundo das necessidades (ARENDR, 1994) e inaugurando um mundo igualitário e justo, onde as necessidades materiais estariam satisfeitas.

O desdobramento deste imaginário religioso foi o surgimento de vários movimentos messiânicos (ou reativos) no país em fins do século XIX, como consequência do alastramento da miséria social decorrente do processo da Lei de Terras de 1850, que repercutiu desfavoravelmente para os pobres no campo. O aumento da miséria no campo fez com que o discurso religioso da caridade e da penitência se amalgamasse ao imaginário popular do messianismo, consolidando movimentos sociais inseridos num repertório da tradição. Ou seja, o repertório coletivo destes movimentos rurais Oitocentistas caracterizou-se por uma consciência moral contra-reformista orientada pela decadência, pelo discurso apologetico do apocalipse, conformando as ações humanas em sentimentos precários de uma sensibilidade contra-reformista da penitência, das virtudes medievais da expiação da carne e da pobreza como honra pessoal. A longa duração e a manutenção deste repertório coletivo impediram a ação pró-ativa das lideranças, condicionando o seu *habitus* à tradição.

Canudos e Contestado, e outros movimentos menores como o Pau de Colher, Caldeirão, Canudinho e o Povo do Velho Pedro foram produtos de uma variante comum, cuja ação religiosa teve seu missionário. O Padre Ibiapina além de atuante missionário foi um destes “agentes de desenvolvimento social e cultural que enfrentaram a miséria do sertão nordestino”¹². Sua missão ficou registrada na segunda metade do século XIX pela construção das inúmeras Casas de Caridade e nos inúmeros seguidores beatos e beatas que ele abençoou nas brenhas dos sertões, promovendo um vigor e um enaltecimento à religiosidade que somente teria sentido se a Igreja confirmasse sua missão para com os pobres. Destes beatos e beatas nasceram os movimentos messiânicos já ditos. Mais importante é que Ibiapina também exerceu grande influência no clero brasileiro da época:

A influência do ‘apóstolo do Nordeste’ se exerce sobre grande parcela do clero que comunga com ele nos ideais de proteção, defesa e evangelização do povo desprotegido. Seu apostolado se dirige no sentido de preencher os vazios institucionais que caracterizam o universo das baixas camadas. Prega e realiza a construção de açudes na região seca, cemitérios, igrejas e Casas de Caridade (...) ¹³.

A renovação e as mudanças do discurso religioso marcariam seu início na década de 1960 com a figura de D. Hélder Câmara, D. Eugenio Sales no nordeste brasileiro, trazidas pela Doutrina Social da Igreja. Ventos que iriam soprar apenas mais tarde na Conferência Nacional dos Bispos em Medellín e Puebla. Em vista de uma conjuntura histórica de expansão imperialista norte-americana na segunda metade do século XX, os países latino-americanos ressentiram-se de um empobrecimento econômico e do aumento da tensão entre trabalho e salários. A conjuntura desfavorável do capitalismo mundial para os países latino-americanos rebaixou as classes camponesas à mínima condição de sobrevivência. Os documentos atestam a grande quantidade de desapropriação de terras e a alta concentração latifundiária que ocorre, principalmente pelas grandes multinacionais como as Casas Pernambucanas, as montadoras como Mercedes Bens e vários

¹² HOONAERT, Eduardo & DESROCHERS, G. (Orgs.). *Padre Ibiapina e a Igreja dos Pobres*. São Paulo: Paulinas, 1984, p. 115.

¹³ Idem, *Ibidem*. pp. 110-111.

bancos que ao comprarem as fazendas desapropriavam os trabalhadores rurais, sem direitos trabalhistas¹⁴. A multidão de famintos que atolam as estradas e caminhos do sertão nordestino e do centro-oeste seria gritante para a Igreja não se comprometer com os miseráveis.

A Igreja se posicionou numa opção favorável aos movimentos sociais, aderindo a uma doutrina social que na verdade pouco tinha de novidade para a ação das Igrejas no país. Assim, o catolicismo progressista aliou seu discurso ao contexto social como oportunidade histórica. O imaginário religioso popular sentiu-se revigorado pela proposta transformadora e socializada frente à doutrina social. Atesta-nos tal coisa quando D. Hélder tomou sua atitude mais contundente de apoio aos pobres, quando de uma enchente que assolou o nordeste, desabrigando e desesperando centenas de camponeses e moradores de bairros pobres do Recife e imediações. A partir daí, os trabalhadores rurais e grande parte da juventude da época se organizaram em grupos associativos liderados pela Igreja. A mudança estaria concretizada, como já foi dito, em Medellín e Puebla.

3. A justiça e caridade: matrizes e identidade para a Reforma Agrária

3.1. A Igreja no Brasil em tempos de politização

Antes de tratarmos sobre a esta nova modernização católica, que marcou o movimento religioso-social no contexto histórico entre as décadas de 1950 e 1990, é necessário perceber as condições sócio-políticas deste momento. O contexto da Guerra Fria marcou significativamente os países da América Latina tanto pela expansão dos interesses americanos auferidos pelo Plano Marshall – quanto pelo processo de modernização econômica dependente. Consequentemente, o desenvolvimento da ideologia marxista era o alicerce da mobilização das massas, que aumentava o conflito entre o poder imperialista norte-americano estabelecido pelo empenho do Plano Marshall - com a corrida ao desenvolvimento econômico organizado pelo capital estatal e pelos investimentos estrangeiros – e o desenvolvimento das ideologias de esquerda stalinistas. Como prescreve Fiori,

Entre a crise econômica mundial de 1930 e o início da IIª Guerra, o Brasil reagiu ao “estrangulamento econômico” externo provocado pelas guerras e pela crise internacional, implementando políticas públicas que fortaleceram o estado central e a sua economia nacional. Mas no caso da política externa, sua autonomia durou pouco, e em 1938, o Brasil já havia se alinhado ao lado da nova liderança mundial norte-americana. Depois da Segunda Guerra Mundial, o Brasil não teve posição relevante na geopolítica da Guerra Fria, mas foi colocado na condição de principal sócio econômico dos Estados Unidos, dentro da sua periferia sul-americana.¹⁵

Portanto, uma época importante para a conscientização política no Brasil com o aumento dos movimentos sociais tanto urbanos, quanto no campo. Dentre estes movimentos, os estudantes estavam movidos pela crescente participação política e incentivos de organização da UNE desde 1962, quando lançam sua música “O Subdesenvolvido”, não faltaram

¹⁴ Ver: Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo: Conselho de Pastoral. Relatório da CPT em 1998; e Arquivo Eclesiástico Prelazia de São Félix do Araguaia. Fundo: Comissão Pastoral da Terra – documentação avulsa. Conflitos no campo. Sem data.

¹⁵ FIORI, José Luis. Desenvolvimento e Política externa. In: *Jornal Valor Econômico*. 26 de abril de 2006, p. 02.

como garantia de sua representação e participação como membros integrantes de um processo de crescimento de uma cultura política democrática no país. A solução foi dada pela Aliança para o Progresso elaborada pelos norte-americanos, principalmente como resposta às crises no meio rural. A proposta de Reforma Agrária norte-americana teria sido louvável, se concretizada. Em vista disto, a truculência das decisões políticas acirrou ainda mais os conflitos rurais e os trabalhadores despejados das Fazendas começaram a aparecer nas listas de documentos arquivados das Arquidioceses¹⁶.

O período representado retrata um contexto de crescimento do imperialismo norte-americano na América Latina pelas atividades econômicas do desenvolvimentismo otimista na visão de Rostow. A disposição do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) em financiamentos vultosos alia-se a prática espoliativa das elites brasileiras e a sua excessiva concentração fundiária, que marca o domínio e a reafirmação destas estruturas tradicionais no campo. O acirramento entre as propostas de modelos econômicos de desenvolvimento para o Brasil disputavam o palco das ações entre o pressuposto de Rostow e as novas discussões elaboradas pelo nacionalismo de Celso Furtado (então pertencente ao grupo da CEPAL) e do seu oposto, Roberto Campos. A capacidade de desenvolvimento econômico adequado às normas de Rostow veio de encontro às perspectivas normativas da economia dependente dos países latino-americanos tendo um respaldo contrário aos interesses do imperialismo norte-americano, com a criação definitiva em 1948 da Comissão Econômica Para a América Latina.

A CEPAL, entre outras coisas, buscava na reforma agrária um pressuposto para a solução da pobreza e de outros males sociais para o país. O debate pairava sobre a reforma agrária como condição primeira para que o país superasse o processo de subdesenvolvimento econômico. Nisto, a opção Cepalina desde 1948, com as propostas de outro viés de desenvolvimento econômico latino-americano, em muito incomodou as expectativas de Rostow. A proposta de desenvolvimento econômico dependente tornou-se concreta a partir do governo JK, definindo-se pela escolha de integrar a economia brasileira aos interesses norte-americanos, através do Plano de Metas e outras formas de negociação de intercâmbios de interesses políticos e econômicos do então governo Juscelino Kubistchek.

O exaustivo conflito pelas definições das economias políticas dos governos e da proposta de reforma agrária, dentre outras reformas necessárias, somente teve a representação de Celso Furtado no governo, que sucedeu JK. João Goulart faria outra escolha, que marcaria a história política do Brasil. Este período emblemático de João Goulart e suas pretensas “reformas de base” estavam causando temores no clero reacionário, principalmente da Arquidiocese de Mariana (MG), como nos atesta uma correspondência de D. Geraldo Sigaud (Arcebispo de Diamantina) para D. Antônio de Castro Mayer (Bispo de Campos/RJ) enfatizando a situação do clero frente à reforma agrária como “tirânica reforma agrária confiscatória e comunista que insistia na revolução”¹⁷. Por volta de 1963, a cúpula de bispos liderada por D. Geraldo Sigaud e parte do alto comando militar começaram a articular o golpe de estado, que levaria os militares ao poder¹⁸. O que se deu um ano mais tarde. Necessariamente a manutenção da estrutura oligárquica e latifundiária de poder mantinha-se nas

¹⁶ Como exemplo: Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo – Relatórios da CPT. Data: 1966

¹⁷ Arquidiocese de Mariana. Arquivo Episcopal da Cúria de Mariana (AECM). Fundo de correspondências. Cartas de D. Geraldo de Proença Sigaud.

¹⁸ Arquidiocese de Mariana. Arquivo Episcopal da Cúria de Mariana (AECM). Fundo de correspondências – Documentos avulsos.

garantias de legitimidade mediante a negação de tais problemas em plena época de autoritarismo militar. Com os governos militares a partir de 1964 a Igreja progressista e os movimentos de massa sofreram intensas formas de violência e desapropriação no campo. O aumento da violência no campo torna-se latente, aumentando até o período da 'abertura democrática' na década de 1980¹⁹.

3.2. Igreja e a Reforma Agrária

As propostas e a atuação dos padres e bispos a partir do apoio de D. Eugênio Salles, D. Hélder Câmara e D. Frágoso na década de 1955 ampliaram as capacidades de politização do homem rural e da concepção da reforma agrária no Brasil. Vale lembrar que algumas atuações foram importantes no período como a criação das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) incentivadas pela Conferência Episcopal de Medellín²⁰ e atuando sob a direção dos bispos progressistas, e a sindicalização do trabalhador rural também promovida pelos líderes católicos no campo, que ameaçava incomodar as elites rurais brasileiras²¹. Porém, as formas de conscientização política no campo serão negadas pelo poder estatal, mesmo com a presença 'pacífica' da Igreja como liderança.

A partir de 1950, a concepção da reforma agrária teve um contexto mundial que antecederam o Concílio Vaticano II criando condições para grandes mudanças. O retorno às 'fontes', a renovação teológica, o confronto da Igreja com novas realidades sociais, a Ação Católica, a inserção no mundo da cultura intelectual, o processo das 'ciências humanas' e os novos métodos histórico-críticos na leitura bíblica foram configurando um novo perfil da Igreja Católica pré-conciliar, que afetou principalmente os países da América Latina.

A Igreja no país foi se articulando no âmbito da criação da CNBB e de uma conseqüente pastoral mais orgânica e efetiva, marcando um novo estilo de atuação na dimensão política e social. A atuação centrada nas regiões e localidades específicas organizou-se em atividades intensas a partir de lideranças de grupos leigos engajados e padres com efetivo empenho social.

Com a criação da Arquidiocese de Goiânia, no ano de 1956, foi nomeado seu primeiro arcebispo, o então bispo de Aracaju, D. Fernando Gomes de Santos, e dois anos depois, a prelazia já projetava um 'plano piloto de reforma agrária'. Tais condições históricas possibilitaram a formulação de uma concepção própria da Igreja acerca da reforma agrária.

Mas nem todo o episcopado estaria favorável à reforma agrária. O conflito ideológico havido dentre D. Fernando Gomes dos Santos e D. Castro Mayer revelam as tendências e as tensões pró e contra a reforma agrária no país ainda na década de 1960. Este conflito não era especificamente 'eclesiástico', mas mostrava a natureza do clero brasileiro. A ele somavam-se outras forças políticas, que atuavam a favor da permanência das oligarquias rurais. A questão principal que norteava as discussões acirradas era o conceito de 'direito de propriedade', que induzia repensar nos termos da teoria marxista e seus respectivos desdobramentos filosóficos, históricos, culturais, políticos e até econômicos. Tal indução, inclusive, intensificou e formulou politicamente a posição e a presença da Igreja Católica na questão agrária, pela pastoral de D. Inocêncio em 1950, condicionada à Doutrina Social. Os anos que se seguiram foram fecundos para a formulação de uma

¹⁹ Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo: Conselho Pastoral – Pastoral Rural - CPT. Data: 1963-1998.

²⁰ Sobre as CEBs ver: PIRES, D. José Maria. *Uma voz fiel à mudança social*. São Paulo: Paulus, 2005, p. 161.

concepção de reforma agrária 'sob os postulados do cristianismo católico'. Mas, para que tais postulados sejam suficientemente analisados, é preciso que se conheçam os múltiplos fatores que propiciaram o anticomunismo na Igreja Católica.

Herdeira de uma formulação teórica europeia anticomunista, no Brasil, a Igreja Católica nunca chegou a elaborar uma argumentação anticomunista que lhe fosse própria e coerente. Contudo, o pressuposto era que a leitura materialista necessariamente levaria à supressão da religião católica e a assimilação crítica para a Aliança para o Progresso. D. Hélder Câmara, considerado um bispo progressista (e comunista), criticou vorazmente pela imprensa norte-americana e francesa a Aliança para o Progresso instituída na América Latina, e suas repercussões nefastas aos pobres trabalhadores no Brasil, principalmente o trabalhador rural²². Tudo isto formou a complexa teia histórica que configurou uma visão de uma Igreja Católica comunista, progressista ou de esquerda marxista para o Brasil, o que em muito subtraiu as possibilidades de diálogo interno e a soma de forças com outras organizações sociais pró-reforma agrária, devido ao seu conflito e embate essencial próprio ao seu contexto.

Tanto a Doutrina Social quanto a Teologia Moral fundamentaram a concepção que a Igreja Católica formulou acerca da reforma agrária, principalmente quanto ao princípio de justiça social. O ponto de referência era a 'natureza' da propriedade vista pela Igreja. A justiça social seria o termo que polarizaria, necessariamente, a formulação discursiva e a prática da Igreja neste aspecto. Entretanto, a leitura destes termos tanto esclarecia os possíveis desdobramentos sociológicos para sua compreensão, quanto condicionava a profundidade e os problemas destes mesmos, visto o iminente confronto com a estrutura do poder oligárquico do país.

A redução da concepção de justiça redistributiva, legal e social à justiça moral condicionava toda a visão da Igreja sobre a dimensão social, em particular, sobre a questão da terra. Via-se o problema fundiário sob a ótica da 'acumulação', mas também da 'distribuição' familiar e justa – e até certo modo hierarquizada, segundo a função e identificação de cada um na sociedade. Diluía-se, assim, a realidade conflitiva e, conseqüentemente, toda a sua solução deveria ser, pela própria perspectiva de análise das lideranças católicas, intrinsecamente harmoniosa. Moralmente solucionada. Jubilosamente contida. O redirecionamento dos protestos alicerçou uma moral política no campo condicionada a não-violência. Esta consideração ainda não deixa de ser moral. Não está presente aqui o valor do trabalho enquanto ética. Ou seja, a distribuição de terras é válida por que todos os homens têm que trabalhar – segundo o Gênesis.

A moral do trabalho é a condicionante da terra moralmente justa. Assim, a distribuição de terras para todos não perpassa um direito legal, ou uma sociedade democrática onde todos têm direitos iguais perante a Lei. Moralmente condicionada, a participação de D. Hélder Câmara e D. Fernando na formulação do Estatuto da Terra por volta de 1960 é uma das expressões históricas da Igreja Católica naquele tempo. Contextualizados pela ação política anticomunista, que se articulava em vista do golpe militar de 1964, consciente ou não dela, buscava-se o setor progressista do episcopado para empreender uma redefinição fundiária no país. Uma ação de reforma agrária com a mediação da política oficial do governo e dos líderes da Igreja.

²¹ Ver documentação: Arquidiocese da Paraíba. Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo: Conselho Pastoral – Pastoral Rural - CPT. Relatórios das atividades da Pastoral da Terra na Arquidiocese da Paraíba de 1963 a 1988.

²² Instituto D. Hélder Câmara. Arquivo/Fundo: Histórico da Operação Esperança – documentários.

Portanto, a reforma agrária (dita cristã) não significaria a anulação da ideia e da representação do poder inerente à propriedade, mas a possibilidade de que todos pudessem ser proprietários de suas terras e, não menos importante, da sua propriedade privada justificada pela sua 'função moral e social (relevante ao trabalho)'. Somando-se a essas razões, a dimensão de uma outra economia – a economia solidária -, que se desvinculasse das normas e condições capitalistas existentes foi colocada como pauta²³. Esta economia solidária tem sua importância e ainda é uma presença ativa no Brasil, no estado do Rio Grande do Sul sob a direção do bispado atual e da Igreja como um todo, com a participação do MST e das militâncias da terra²⁴. Aí está a perspectiva da subjetividade inserida num processo histórico pela realidade agrária e de sua extensão quanto ao conceito de terra. Neste sentido, o grupo da Igreja Católica pró-reforma agrária não apenas vinculou o regime de propriedades à questão agrária, como tornou a reforma agrária uma exigência de razões morais.

Outro empreendimento de ação orientadora da Igreja Católica foi na organização de sindicatos rurais, consequente da organização das romarias locais e da atuação dos trabalhadores em associação aos Partidos Políticos.²⁵ Tendo uma orientação pedagógica desde Leão XIII, procurou-se articular, numa perspectiva de 'nova cristandade combativa', os trabalhadores do campo. Frentes Agrárias (em Goiás a FAGO – Frente Agrária Goiana) desencadeavam em ampla sindicalização rural, num sindicalismo sujeito à Doutrina Social da Igreja. Outro elemento também sugestivo neste âmbito, e não suficientemente abordado pelos historiadores, foi a participação que a Igreja Católica na formulação das leis trabalhistas, segundo PAIVA (1985).

A 'ação social' da Igreja Católica no Brasil, na região Centro-Oeste ou em Goiânia, viveu, entre a década de 1950 e meados da década de 1960, uma dupla perspectiva: de um lado, perduravam e criavam-se obras sociais no estilo 'tradicional'; de outro, emergiam novas 'ações sociais' e atuações pastorais (Ação Católica Especializada). Se para o Estado isso foi problema, para a Igreja Católica inicia-se um 'problema de sentido', que remete à sua própria identidade e a reformulações de suas justificativas para sua 'ação social'.

Compreender a 'ação social' da Igreja Católica no Brasil, entre a década de 1950 e meados da década de 1960, exige que se tenha presente também o 'movimento' intercontinental da Ação Católica. Nascida na terceira década deste século, visando 're Cristianizar as massas', criou-se a Ação Católica como um novo 'fato pastoral': a emergência do laicato militante. Ainda que com direta subordinação à hierarquia, proporcionou condições para uma posterior revisão nas relações internas e externas do exercício do poder, o que levou a uma nova 'presença no mundo'. Foi por meio da Ação Católica que a Igreja no Brasil entrou na questão agrária brasileira; depois, oficializou sua presença institucional também pela 'carta pastoral de D. Inocêncio'. Também a Ação Católica especializada, e ainda com maior intensidade, caracterizou a 'ação social' da Igreja Católica no Brasil, na década de 1960. A partir daí a questão agrária ganhou um realce mais polêmico, porque passou a ser tratada de modo mais intenso e numa perspectiva mais conflitiva. O MEB (Movimento de Educação de

²³ Arquidiocese da Paraíba. Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo: Conselho Pastoral – Pastoral Rural - CPT. Data: 1963-1998.

²⁴ Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Santa Maria. Documentação não arquivada; Acervo do NEAD – relatório de Pesquisa (2006) – Projeto: O Pensamento Católico e a Questão Agrária no Brasil: 1950-2005.

²⁵ Arquidiocese da Paraíba. Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo: Conselho Pastoral – Pastoral Rural - CPT. Relatório das atividades da Pastoral da Terra na Arquidiocese da Paraíba em 1988.

Base) foi um dos espaços de presença da Ação Católica Especializada. Com tais empreendimentos, a Igreja inseriu-se no mundo da comunicação social e nas propostas de 'educação de massa' que, gradativamente, foi se transformando num sentido mais amplo, argumentando seus projetos aos interesses de mudança social e conscientização política, mediante o apostolado no campo, principalmente.

Todo este conjunto contextual da ação política e social, da década de 1950 a meados da década de 1960, forneceu-nos múltiplos elementos para nos situarmos diante da Igreja Católica e questão agrária no Brasil. Sem desconsiderar tal contexto, é difícil compreender a postura que alguns setores da Igreja Católica no Brasil foram assumindo diante da realidade agrária, com seus respectivos desdobramentos até os dias atuais. Vejamos alguns exemplos de experiências no processo de reforma agrária, como na fazenda Conceição, desde a doação destas terras à Arquidiocese de Goiânia até o assentamento dos agricultores e, por fim, o 'expirar' desta 'experiência' que não daria certo. Iniciada em 1961 a experiência de assentamentos rurais pela fazenda Conceição, em 1966 entraria em crise por motivos econômicos e até de liderança interna.

Entretanto, uma das maiores experiências de ação pastoral em áreas urbanas e rurais seria presenciada em 1965, pela Operação Esperança com a presença de D. Hélder Câmara em Recife²⁶. As propostas de ação rural tornaram-se concretas em 1974 quando a OE (Organização Esperança) comprou três engenhos e assentaria algumas famílias pernambucanas na terra. O Engenho de Piranga, o de Taquari e o Guaretama, ainda em atividade, tiveram a intenção de concretizar um Plano de Ação emergencial e tentar a implementação de uma propriedade coletiva. Ainda como objetivo dos assentamentos, D. Hélder vislumbrava a integração sócio-econômica do homem ao seu '*habitat*' e ao mercado de trabalho²⁷. O trabalho previu tanto o assentamento, quanto o financiamento previsto às famílias rurais, que durou até o fim dos governos militares.

Enquanto a reforma agrária foi o ponto fulcral das discussões, a ação pastoral quanto à questão agrária lançou suas raízes na sociedade no começo da década de 1970, sustentando as ações populares da JAC até a década de 1980, conjuntamente a outros movimentos católicos, tais como a JUC, JEC e o MEB²⁸, que incrementavam a realidade brasileira, a partir de discussões e oportunidades históricas defendidas pela mudança política e econômica. As arquidioceses do nordeste movimentaram-se primeiro, mesmo por que as Ligas Camponesas de Francisco Julião já tinham se organizado no nordeste com a criação do Engenho Galiléia em 1955 na cidade de Pernambuco²⁹. A partir destas experiências, o Rio Grande do Sul contou com a representação de D. Ivo Lorscheider - sua atuação e apoio aos projetos da Operação Esperança de D. Hélder.

Entretanto, as experiências do sul e do nordeste tiveram desfechos diferenciados. Atualmente, o desenvolvimento econômico dos assentamentos rurais no sul, principalmente em Santa Maria, podem ser diferenciados e com grande

²⁶ Instituto D. Hélder Câmara. Arquivo/Fundo: Histórico da Operação Esperança. Documentos: estatutos.

²⁷ Instituto D. Hélder Câmara. Arquivo/Fundo: Histórico da Operação Esperança. Documentos: estatutos.

²⁸ JUC (Juventude Universitária Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica), JAC (Juventude Agrária Católica), e o MEB (Movimento de Educação de Base).

²⁹ Ver: BOTAS, Paulo César. *A Benção de Abril: memória e Engajamento Católico no Brasil: 1963-1964*. Petrópolis, 1983. O autor realça atuação das Ligas Camponesas lideradas por Julião – membro partidário do PSB. Porém, com o desenvolvimento das lideranças católicas no campo o conflito entre as duas ideologias seria iminente.

sucesso na proposta da economia solidária do MERCOSUL. A interação entre Igreja e assentamentos rurais nesta região do país ainda é frequente³⁰.

Em 1975, foi criada a CPT (Comissão Pastoral da Terra) como fruto deste despontar das tensões, da movimentação social e das questões agrárias estruturais do país. Como atesta Frei Anastácio: “desde 1969 o movimento ia se expandindo, juntamente com a evangelização e conscientização dos camponeses”³¹. As denúncias da CPT do nordeste atestam tanto o uso do trabalho escravo, quanto dos abusos dos latifundiários, das formas de pistolagem e do descaso do Estado em responder ao problema dos posseiros a partir do problema social, enfrentado na Arquidiocese de Recife e Olinda e da Paraíba. Cita-se o caso de alguns pistoleiros e de milícias privadas em áreas rurais da Paraíba, consolidando a aliança entre o poder judiciário e os interesses do latifúndio³². Quando o fazendeiro não controlava seus camponeses pela força, usava de uma velha política de amizade e favores, que ainda domina a cultura política rural no Brasil. Este tipo de relação entre patrão-empregado estabelece uma dependência moral e de gratidão do trabalhador ao fazendeiro, impedindo qualquer tipo de mobilização ou resistência social. É a política do compadrio. O Arquivo da Prelazia de São Félix é o primeiro a relatar as assinaturas de trabalhadores rurais contra a propriedade de multinacionais e banqueiros, como a fazenda do Banco Bamerindus na região³³. Já por volta de 1991 atesta-se uma nova organização das pastorais pela atuação de uma outra tendência discursiva pautada na liderança de Frei Leonardo Boff³⁴.

3.3 – Libertação: repertório da ação coletiva da Igreja Latino-Americana.

Discutir sobre os processos de crescimento da CPT é analisar e debater sobre as formas de conscientização teórica e da metodologia empregadas pela Comissão sobre a questão agrária. Ou seja, entender o discurso da época e as formas do repertório para os movimentos rurais que se tornam latentes, principalmente a partir de Puebla em 1979, onde a Igreja instruiu-se pela vontade de maior visibilidade sobre os pobres e a questão social, recorrentemente sobre os problemas da terra. Neste sentido, Medellín e Puebla significaram uma direção afirmativa para os movimentos sociais latentes, principalmente no campo, compondo os princípios doutrinários e conceituais de atuação da Igreja e dos leigos. As formas de intervenção, visibilidade do campo, contestação ao latifúndio improdutivo, direito á

³⁰ Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Santa Maria. Documentação não arquivada.

³¹ Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo: Conselho Pastoral – Pastoral Rural - CPT. Data: 1963-1998.

³² Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo: Conselho Pastoral – Pastoral Rural – Relatório da CPT de 1995 à 1997. Alguns nomes de capangas são citados como Severino Freire, conhecido como Maradona, que trabalhavam para o proprietário de terras Abel Cunha. Também, o bandido Luís Bang em constante ameaça aos trabalhadores rurais. Arquivo Eclesiástico Prelazia de São Félix do Araguaia. Fundo: Comissão Pastoral da Terra – Conflitos no campo; Seção A8 – documentação em CD-room.

³³ Arquivo Eclesiástico Prelazia de São Félix do Araguaia. Fundo: Comissão Pastoral da Terra – documentação avulsa. Conflitos no campo. Sem data.

³⁴ Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo: Conselho Pastoral – Pastoral Rural - CPT. Data: 1963-1998.

terra e sua produção, revelação da realidade do campo e suas formas de banditismo e grilagem³⁵ foram colocadas pela Igreja como ultrajantes ao acesso do homem do campo.

A atuação da Igreja no campo não se direcionou apenas para os ensinamentos do Evangelho, nem da moralidade cristã³⁶. Engajou-se, sim, politicamente nas questões de orientar o campo para seus direitos que são básicos e inegáveis, através de cartilhas, romarias da terra, encontros persistentes, leituras afins e atuação direta dos padres e agentes pastorais no meio do conflito e nas zonas de perigo, mesmo ameaçados de morte, como o caso da Irmã Doroty Stang e vários outros que desde a década de 1960, até hoje são mortos e ameaçados como o frei Anastácio e o padre Luiz Couto³⁷.

É inegável que a Pastoral da Terra teve uma enorme contribuição da conscientização do país. A partir da comissão, enfrentaram-se os preconceitos das esquerdas no país, desenvolveram-se algumas disposições para a melhoria dos trabalhadores rurais e para a solução agrária, bem como de um notável crescimento da conscientização no campo e transformação do camponês em sujeito político. Assim, é eficiente retratar a Pastoral da Terra como um processo revolucionário com a superação das formas de exclusão social, bem como pela experiência de mudanças e ruptura propostas para uma sociedade mais democrática e mais igualitária.

A capacitação da classe trabalhadora rural teve seu alcance na fase de melhoria das condições trabalhistas garantidas, pela organização e alcance das formas sindicalistas e da classe média pelos incentivos à educação e à melhores condições de moradia e lazer. Conjuntamente a estes pressupostos, a ideia de libertação favoreceu a organização sindical, os movimentos sociais, as vanguardas e a conscientização política dos grupos sociais urbanos e rurais, além do embate frente ao Estado elitista e capitalista. Dentre estes movimentos e alcance de organização, a Pastoral da Terra tem sua importância no país pela sacralização da questão da terra, a partir do desenvolvimento teórico da ideia libertação da miséria

³⁵ Grilagem: o termo significa falsificação de documentos de terra é usada frequentemente por madeireiros, criadores de gado e especuladores agrários para se apossar de terras públicas visando sua exploração (principalmente na Amazônia). Latifundiários contam com a cumplicidade de cartórios de registro de bens para se apoderar de áreas públicas e usam de violência para expulsar posseiros, povos indígenas e comunidades tradicionais que têm direito legítimo à terra². O termo grilagem tem origem em uma prática antiga de envelhecer documentos forjados para conseguir a posse de determinada área de terra. Os papéis eram colocados em uma caixa com grilos. Com o passar do tempo, a ação dos insetos dava aos documentos uma aparência antiga e com uso. Como demonstrado pela fábula do grilo, a ocupação ilegal de terras públicas continua fundamentada na falsificação de papéis e documentos. Muitas vezes, o grileiro sequer conhece a terra pretendida. Atualmente, artifícios mais sofisticados, como mapas baseados em imagens de satélite e GPS, substituem a ação dos grilos no processo de apoderação de terras públicas. (Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário / Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *O Livro Branco da Grilagem de Terra no Brasil*. 2000).

³⁶ Ver: Arquidiocese da Paraíba. Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo: Conselho Pastoral – Pastoral Rural - CPT. Data: 1963-1998.

³⁷ Arquidiocese da Paraíba. Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo: Conselho Pastoral – Pastoral Rural - CPT. Data: 1963-1998.

e da exclusão social. Consequentemente, a movimentação social oriunda das denúncias da Pastoral da Terra teve na sua metodologia do conflito a orientação voltada para a libertação, como um dos conceitos presentes na Doutrina Social.

A repercussão da Pastoral da Terra e da mobilização social em torno do problema do campo já havia alcançado níveis avançados de discussão na sociedade brasileira, inclusive no meio eclesial. Os movimentos sociais com suas lideranças religiosas no campo só serviram para um enfrentamento mais aberto com os militares. Em contrapartida, a reforma agrária dos militares foi uma proposta e na prática uma reorganização da estrutura fundiária favorável ao capital e a modernização autoritária como base e manutenção da estrutura de poder elitista no país. É, contudo, importante ressaltar que os movimentos sociais a partir da orientação da Igreja em relação ao conflito do campo, da criação da Pastoral da Terra, dos discursos e memórias de D. Pedro Casaldáliga³⁸ e do enfrentamento de grupos leigos e religiosos nas zonas de conflito transformaram-se numa ação política. Ou seja, toda a orientação política da Igreja neste momento gerou um movimento organizado até hoje. O repertório da ação coletiva da Igreja, portanto, somente será entendida a partir da Doutrina Social da Igreja pertencente ao período histórico.

Além da importância da CPT para a área de culturas políticas no país, o CIMI (Comissão Indigenista Missionária) deu sua importância pelo fato de realização dos espaços reservados aos agentes de interesse da Igreja: o índio em terras de fronteira. Os estudos sobre a atuação da Igreja e dos grupos afins devem ser relevantes para uma importância crucial quanto ao conceito e estudos sobre a fronteira, o sertão. De certa forma, os habitantes da região da fronteira no país ainda possuem hábitos característicos de tradições indígenas milenares ainda preservados.

Para discutir da disposição do CIMI e a defesa dos índios deve-se reportar a ocupação territorial do interior do país que ganhou significado para os pobres, principalmente na migração entre as décadas de 70 e 80 de gaúchos invadindo as áreas do interior como Goiás, Tocantins, Altamira, etc. Isto de certa forma trouxe uma nova re-alocação populacional oprimindo as tribos indígenas e destruindo certos costumes, com a modernização e urbanização do local. É uma versão moderna da conquista desenhando novos pontos de equilíbrio e de conflito entre os habitantes indígenas e os que chegavam de outras áreas do país. A partir daí os conflitos resultaram deste enfrentamento entre brancos e índios, do conflito entre o branco e os brancos pobres, e dos problemas com relação às formas de trabalho escravo e dos usos da terra.

Assim, nos últimos trinta anos a resistência indígena ganhou apoio da Igreja frente aos abusos de poder dos brancos e da voracidade da terra como propriedade privada. Mas, o ambiente de conflito amplia-se com as grandes empresas como grilagem e os grandes proprietários de terras como elementos significantes de expansão capitalista nestas áreas de fronteira. Em contraposição, o entendimento das lideranças religiosas pesou na definição das ações sociais frente aos abusos de poder e nos partidos políticos de esquerda que assumem uma posição de mediação frente à pobreza e a exploração nestas regiões. A atuação da Igreja passou por transformações das referências anti imperialistas de D. Pedro Casaldáliga ao envolvimento da Igreja com o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) na questão indígena pela atuação de D. Tomás Balduino. A suposição de que os esforços da luta da terra se concentrem apenas na referência da identidade e preservação do índio pode recolocar a questão agrária apenas para este interesse. O que não é verdade. A luta da terra

³⁸ CASALDÁLIGA, Dom Pedro. *Cartas Marcadas*. São Paulo: Paulus, 2005.

assumiu uma postura de tradição e de cultura política nas áreas de fronteira, capacitando os homens rurais a sua definição territorial e identitária.

3.4 – Teologia da Libertação: um novo repertório da ação coletiva.

A mudança de repertório da ação da Igreja se deu a partir de 1980 com uma nova postura do Vaticano frente ao avanço e orientação crescente da Igreja na América Latina para questões inerentes aos projetos de permanência da elite capitalista no poder e da questão da estrutura legal desta elite no país. Os novos rumos da economia neoliberal alcançaram uma nova postura também para a Igreja, gerando um retorno ao conservadorismo eclesial. A política doutrinária de João Paulo II não teve tanta resposta social quanto os alcances dos papados antecedentes. É importante dizer sobre o alcance da CPT principalmente nas zonas de conflito como Araguaia, Tocantins, Amazonas, Acre, etc. Com isto a atuação dos bispados centrou-se mais nas regiões de fronteiras e na questão indígena, bem como na denúncia do trabalho escravo.

Mas uma figura apareceu de renome na década de 70 com uma nova grande causa da Igreja, supondo um “novo contexto de atuação e de dominação e, conseqüente, marginalização para a América Latina”³⁹. Frei Leonardo Boff que lançava por esta mesma década os princípios diretivos da ‘nova Igreja’ praticante da justiça no campo, tendo por base a Teologia da Libertação como princípio filosófico-teológico para a visão latino-americana. Um corpo doutrinário e evangélico concentrado no ‘Evangelho das bem-aventuranças’ para os pobres. Portanto, a 18ª. reunião da CNBB (Conselho Nacional dos Bispos do Brasil) evocava os problemas da terra, ao anúncio desta ‘nova proposta de evangelização’. Mesmo com sua repercussão no país, os cuidados da Igreja foram eloqüentes quanto à vigente doutrina da Igreja de João Paulo II. Ressaltamos o cuidado com a utilização deste conceito e outro que traduza a liberdade positiva. Necessitamos de uma abordagem mais apurada e crítica neste sentido, oportunizada em outro momento.

Assim, temas como globalização⁴⁰, agressão ao meio ambiente e mercantilização da terra foram eloquentes como debates na reunião, gerando uma proposta atual sobre a questão da terra, e a postura do clero latino-americano, que passa a ser não apenas regional, mas planetária. Esta nova

³⁹ CASALDÁLIGA, Dom Pedro. *Cartas Marcadas*. São Paulo: Paulus, 2005, p. 108.

⁴⁰ O conceito de Globalização é entendido como um ‘conjunto de transformações na ordem política e econômica mundial que vem acontecendo nas últimas décadas. O ponto central da mudança é a integração dos mercados numa “aldeia-global”, explorada pelas grandes corporações internacionais’. (IANNI, 1997).

consciência insere-se nas propostas da Teologia da Libertação e sua nova evangelização das promessas da Bem Aventurança: 'os pobres herdarão a Terra'⁴¹.

Conclusão:

A originalidade destes movimentos rurais, que pulularam no Brasil na segunda metade do século XX, foi a concretização do MST (Movimento dos Sem Terra) que confirma a liderança religiosa e sua sagacidade em organização social e política, os trabalhadores do campo. A visibilidade do movimento, desde a década de 1955 até a criação da CPT em 1974, tendo sido a grande protagonista da CUT (Central Única dos Trabalhadores), do PT (Partido dos Trabalhadores) e do MST na década de 1980 não impediu a repressão dos governos militares e democráticos que assumiram o poder neste período histórico citado.

Alguns casos podem ser citados como, por exemplo, Agnor Bicalho que militou na CPT desde a década de 1980 e que em 1990, quando o então governo democrático Fernando Collor de Mello resolveu que os líderes do MST eram criminosos. Assim, muitos grupos e lideranças tiveram que queimar documentos e silenciar-se em suas ações no campo. O governo Collor "foi considerado um batismo de fogo. Hoje, líderes do MST avaliam que se Collor tivesse cumprido todo o mandato⁴², o movimento poderia ser sido destruído" (SCOLESE, 2008, p. 114).

A atuação dos assentamentos e movimentos sociais rurais, entretanto, teve suas particularidades regionais: o sul com o desenvolvimento de uma economia solidária, cujos incentivos foram vistos no mês de junho de 2006. O interesse é o desenvolvimento econômico familiar e uma economia mais justa para o povo. Isto de certa forma deforma as raízes do capitalismo que não se assentam em bases morais e justas. O desafio maior veio para a região norte com o problema de fronteira e as terras indígenas invadidas por grileiros e madeireiras. A Prelazia do São Félix do Araguaia ainda hoje enfrenta sérios problemas com relação a isto, por ser uma área de criação de gado e, portanto, com problemas particulares de invasão de terras, grilagem, trabalho escravo, além do banditismo como forma particular e excepcional de atuação. Dos grupos de bandidos e bandidos isolados, D. Pedro Casaldáliga tem enfrentado inúmeras ameaças e testemunhado contra vários

⁴¹ Ver o documento atual da Igreja em 1980: 'Os pobres possuirão a terra': pronunciamento de bispos e pastores sinodais sobre a terra. São Paulo: Paulinas, 2006.

⁴² O governo de Fernando Collor de Mello sofreu um *impeachment* no início de seu governo em 1992 por acusações de corrupção ativa com aliados políticos e pessoas influente em Brasília.

criminosos, que atuam contra qualquer ação da Igreja. Penso que este é um assunto que merece bastante atenção⁴³.

Já na zona nordestina o problema permanece o mesmo. As zonas canavieiras conseguem arrancar toda a produção e manipular as pequenas produções dos assentamentos, como os visitados pela pesquisa. Não houve muito progresso de consciência de produção desvinculada da plantação da cana de açúcar, mesmo com todos os entraves do esgotamento do solo, monocultura, dependência dos latifúndios produtores, etc. Contudo, as alternativas para o acesso ao crédito não fossem tão fáceis quanto os programas e propagandas nos demonstra. Retomando nossa argumentação conceitual em Tilly, as ações autoritárias do Estado brasileiro quanto ao problema agrário no Brasil, consequentemente, promoveram reações a partir dos movimentos sociais oriundos de lideranças religiosas da Igreja. Ou seja,

as ações significam reações dos indivíduos e grupos às condições estruturais impostas (revoltas contra taxas, impostos, terras, desapropriações, desarmamentos, etc.). Nos séculos XX e XXI, as ações coletivas referem-se usualmente às lutas pela redistribuição da renda e outros serviços sob o controle de grandes organizações - governamentais ou privadas⁴⁴.

Basicamente o problema da terra permaneceu o mesmo no Brasil com a permanência dos conflitos agrários e da reforma agrária sem solução. Ou seja, sem solução para muitas famílias e trabalhadores rurais. Entretanto, as formas de orientação política do homem rural, a conscientização dos problemas agrários e a movimentação do trabalhador em direção aos seus direitos a terra e a sua produção foram lançadas pela Igreja e continuam até hoje orientadas e canalizadas pela Igreja em zonas estratégicas.

A Igreja atual tem se silenciado sobre a possível resolução dos conflitos agrários, atuando conforme a política conservadora. Uma Igreja mais carismática e de feição tradicional com respaldo das elites neoliberais e de lideranças conservadoras que se eximem das tarefas sociais e das orientações políticas. Mas isto não tem abalado muito o país nas regiões de enfrentamento e de conflito de terras. O desconhecimento para tais ações da Igreja e do conflito são partes ainda da imprensa conservadora do país, que não permite a visibilidade do tema e das referências urgentes do campo para a mudança.

Referências Bibliográficas:

1. Fontes Primárias:

1. Biblioteca da PUC – São Paulo.

1. Documento de Puebla – Texto Oficial da CNBB – Ed. Vozes Ltda. – Petrópolis – RJ – 1979
2. Carta Pastoral de João XXIII "Mater Et Magistra". Paulinas: São Paulo, 1961.
3. Carta Pastoral de João Paulo II: "Solicitudo Rei Socialis". Paulinas: São Paulo, 1988
4. Documentos da CNBB. Tomo. 8503. 1978.
5. Documentos da CNBB. Tomo. 8503.
6. "Os pobres Possuirão a terra": pronunciamento de bispos e pastores sinodais sobre a terra. São Paulo: Paulinas, 2006.

⁴³ Arquivo Eclesiástico Prelazia de São Félix do Araguaia. Fundo: Comissão Pastoral da Terra – documentação avulsa. Conflitos no campo. Sem data.

⁴⁴ GOHN, Maria da Glória. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 2008. p. 39.

1. Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia / Xingu:

1. Quadro da Violência contra os trabalhadores rurais e seus aliados na região da Prelazia de São Félix do Araguaia no Ano de 1991.
2. Documentos da CNBB, 69: Exigências evangélicas e éticas de superação da miséria e da fome.
3. Documentos da CNBB. Para uma melhor distribuição da terra: o desafio da reforma agrária.
4. O Projeto Esperança: a construção da economia solidária no Brasil, 2006. Anais de Seminário.
5. Documentos: Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no Campo. Brasil, 2005.
6. Documentos: Comissão Pastoral da Terra: Violação dos Direitos Humanos da Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense.
7. Plano INCRA/MDA. Para a erradicação do Trabalho Escravo. 2005.
8. Carta enviada ao Para em 1990 contendo uma linha de assinaturas contra a fazenda do Banco Bamerindus na região.
9. Lista de ameaçados de morte em 2004 (contém o nome da Ir. Doroty Mae Stang).
10. Folhetos explicativos para a população sobre o problema do trabalho escravo.
11. Relação de recortes de jornais que datam de 1980 a 1990, quanto ao problema do Frei Leonardo Boff e sua expulsão da Igreja.
12. Jornal Alvorada de 1995. Assunto referente às comunidades indígenas.
13. Arquivo em CD-Room contendo fotos e parte do acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia.

2. Arquivo Eclesiástico da Paraíba.

Fundo: Conselho Pastoral: correspondências; eventos.

Fundo: Comissão Pastoral da Terra - Relatórios da CPT, listas de assentamentos, eventos, romarias, relatórios administrativos.

- correspondências diversas.

3. Arquivo Episcopal da Cúria de Mariana.

Fundo: Cartas pastorais: Documentos da CNBB; cartas pessoais.

Fundo: Pastoral da Terra. Arquivo 07: Gaveta 01. Pasta 06.

Fundo: correspondências. Correspondências pessoais de bispos. (documentação não autorizada).

4. Arquidiocese de Olinda e Recife.

Instituto Dom Hélder Câmara.

Fundo: Operação Esperança. Correspondências e estatutos. Documentários, fotos e depoimentos pessoais em arquivos. Jornais da época.

5. Arquidiocese de Fortaleza.

Seminário da Prainha – ITEP.

7. INCRA.

Livro do Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário / Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *O Livro Branco da Grilagem de Terra no Brasil.* 2000.

Bibliografia:

1. ALVES, M. *A Igreja e a Política no Brasil*. Brasiliense, 1989.
2. AMADO, Wolmir Herezio. *A Igreja e a Questão Agrária no Centro-Oeste do Brasil, 1950-1968*. Dissertação de Mestrado em História – UC Goiás. 1996.
3. ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. Brasília: UNB, 1994.
4. BOFF, Leonardo. *Nova Evangelização Perspectiva dos Oprimidos*. Editora : Vozes, 2001.
5. BOTAS, Paulo César. *A Benção de Abril: memória e Engajamento Católico no Brasil: 1963-1964*. Petrópolis, 1983.
6. CASALDÁLIGA, Dom Pedro. *Cartas marcadas*. São Paulo: Pulus, 2005.
7. DUSSEL, Enrique. *De Medellín a Puebla*. México, 1979.
8. FIORI, José Luis. Desenvolvimento e Política externa. In.: *Jornal Valor Econômico*. 26 de abril de 2006. p. 02.
9. FURTADO, Celso. *Teoria Política do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
10. GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 2008.
11. HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
12. HONNETH, A. Reconhecimento ou redistribuição? In.: Jessé SOUZA & Patrícia, MATTOS. *Teoria crítica no século XXI*. São Paulo, Annablume, 2007. pp. 79-93.
13. HOONAERT, Eduardo & DESROCHERS, Georgette (orgs.). *Padre Ibiapina e a Igreja dos Pobres*. São Paulo: Paulinas, 1984.
14. IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1997.
15. LEWIN, Helena (Coord). RIBEIRO, Ana Paula. & SILVA, Liliâne Souza. *Uma Nova Abordagem da Questão da Terra no Brasil: O Caso do MST em Campos dos Goytacazes*. Rio de Janeiro, Faperj, 2005.
16. LOWY, Michael. *O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.
17. LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Do Latifúndio a empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo*. 2ª ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 1981.
18. MOTTA, Márcia. *Dicionário da Terra*. Civilização Brasileira, 2005.
19. MARQUES, João Jesuíno. *Reforma agrária na comunidade de Fortaleza*. Fortaleza, 1988.
20. OLIVEIRA, Ariovaldo. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
21. PAIVA, Vanilda (org). *Igreja e questão Agrária*. São Paulo, Loyola, 1985.
22. PANINI, Carmela. *Reforma Agrária dentro e fora da lei: 500 anos de história inacabada*. São Paulo, Paulinas, 1990.
23. PIRES, Dom José Maria. *Uma voz fiel a mudança social*. São Paulo: Pulus, 2005.
24. ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo-Occidente: Introdução à América Latina*. São Paulo: Edusp, 1991.
25. SERBIN, Kenneth P. *Padres, Celibato e conflito social*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
26. SCOLESE, Eduardo. *Pioneiros do MST: caminhos e descaminhos de homens e mulheres que criaram o movimento*. Rio de Janeiro, Record, 2008.

27. SIGAUD, Geraldo de Proença; MAYER, Antônio de Castro. *Declaração do Morro Velho: programa de política agrária conforme os princípios de reforma agrária*. 2ª ed. São Paulo, Vera Cruz, 1964.
28. SIGAUD, Geraldo de Proença; MAYER, Antônio de Castro; OLIVEIRA, Plínio Correa de. *Reforma agrária: questão de consciência*. 4ed. São Paulo, Vera Cruz, 1962.
29. SILVA, Célia Nonata. *Territórios de Mando*. Belo Horizonte: Crisálida, 2007
30. SILVA, Francisco Carlos Teixeira. "Conservadorismo e Hegemonia Agrária no Brasil". In.: CARNEIRO, Maria José et alii (org). *Campo Aberto: o rural no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ContraCapa, 1998. pp. 13-40.
31. SOBRINHO, Antônio Estevam de Lima. *Fome, agricultura e política no Brasil, chantagem alimentar*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1981.
32. SOUZA, Marcelo de Barros; CARAVIAS, José L. *Teologia da Terra*. Rio de Janeiro, Vozes, 1988.
33. TILLY, Charles. *Social Movements: 1768-2004*. New York. Paradigm Publish, 2004.
34. THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.
35. TOURAINÉ, Alain. *Palavra e Sangue: política e Sociedade n América Latina*. São Paulo: Unicamp, 1989.
36. VEIGA, José Eli. *O que é Reforma Agrária?*. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1981.
37. VITO, Francisco. *A Encíclica "Mater et Magistra" e a hodierna questão social*. São Paulo: Paulinas, 1987.
38. WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World System*. San Diego Academic Press, 1989.
39. WOLFORD, Wendy. 'Families, fields and fighting for land: the spacial dynamics of contention in rural Brazil'. In.: JOHNSTON, H. & ALMEIDA, Paul. *Latin American Social Movements: Globalization, Democratization, and Transnational Networks*. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2006. pp. 163-176.

Artigo recebido em: 09/03/2010

Aceito para publicação em: 01/11/2010